



Estado do Rio Grande do Sul  
*Prefeitura Municipal de Santa Tereza*  
Gabinete da Prefeita

**LEI MUNICIPAL Nº 1.911/2024, DE 13 DE MARÇO DE 2024.**

**INSTITUI A FEIRA LIVRE DO PRODUTOR RURAL;  
CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DA FEIRA  
LIVRE DO PRODUTOR RURAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**GISELE CAUMO**, Prefeita Municipal de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul,

**Faço Saber** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** É instituída no Município de Santa Tereza a FEIRA LIVRE DO PRODUTOR RURAL, a fim de propiciar o comércio de produtos de origem agrícola diretamente aos consumidores do Município e Região, sem a participação de atravessadores, gerando renda ao produtor rural, alternativa de compra à população, aproximando produtores e consumidores.

**Art. 2º** Participarão da Feira do Produtor Rural somente pessoas físicas ou jurídicas que explorem a terra com fins econômicos ou de subsistência, que efetivamente comprovem a atividade.

**Art. 3º** A comercialização só será permitida nos espaços criados ou autorizados pelo Município, cedidos para a exploração da atividade, em datas e horários previamente definidos.

§ 1º Os dias de funcionamento, bem como os horários, poderão ser alterados a pedido formal dos feirantes, a ser formulado para a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

§ 2º Não é permitido aos feirantes se ausentarem do recinto da feira antes do término do período preestabelecido para seu funcionamento, salvo força maior e ou autorizações prévias da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.



Estado do Rio Grande do Sul  
*Prefeitura Municipal de Santa Tereza*  
Gabinete da Prefeita

**Art. 4º** Para ter o direito à comercialização nas feiras, o produtor, além da prévia autorização, deverá preencher os seguintes requisitos e condições:

I - Ser produtor rural e possuir Inscrição Estadual de Produtor Rural.

II - Apresentar Bloco de Produtor Rural ou cadastro de emissão de nota fiscal Eletrônica.

III - Comercializar somente produção própria e ou agroindustrial.

IV - Oferecer produtos com qualidade, embalagem apropriada, com data de fabricação e origem dos produtos identificados, quando necessário, preços das mercadorias à vista do consumidor, respeitando às exigências da Vigilância Sanitária, INMETRO e Código de Defesa do Consumidor, além do Serviço de Inspeção no qual está registrado, ou órgão competente.

V - Manter rigorosa e continuamente a higiene adequada aos instrumentos utilitários (mesas, caixas, forros, utensílios de manuseio dos produtos e, inclusive, a higiene pessoal), bem como estar adequado à toda e qualquer legislação vigente relacionada a comercialização dos produtos que estiver oferecendo.

VI - Respeitar os horários de início e fechamento da feira.

VII - Ser agroindústria familiar registrada nos órgãos competentes ou qualquer órgão afim, para quaisquer produtos que haja necessidade.

§ 1º A comercialização dos produtos só poderá ser exercida pelo credenciado, ou cônjuge/companheiro(a), ascendentes em linha reta até 2.º grau ou descendentes até 1.º grau, com a anuência da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

§ 2º É vedada a substituição do credenciado por alguém que não esteja no rol do §1.º do art. 3.º, sem justa causa e a anuência da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

§ 3º Haverá prioridade de participação nas feiras aos produtores domiciliados no Município de Santa Tereza.



Estado do Rio Grande do Sul  
*Prefeitura Municipal de Santa Tereza*  
Gabinete da Prefeita

**Art. 5º** Cada feirante é responsável pela limpeza e manutenção de seu box, sendo que as bancas deverão estar limpas durante e após o horário de funcionamento.

**Art. 6º** O lixo produzido deverá ser separado em seco e orgânico, acondicionado em sacos plásticos, e colocados nos compartimentos destinados para este fim.

**Art. 7º** O não cumprimento das disposições desta Lei implicará na aplicação das seguintes sanções aos feirantes:

- I - Advertência por escrito;
- II - Suspensão das atividades na feira por 30 (trinta) dias;
- III - Exclusão das atividades na feira.

§ 1º A aplicação de 03 (três) advertências por escrito ou 02 (duas) suspensões acarretará a exclusão do produtor da feira.

§ 2º A suspensão das atividades do produtor, decorrente da fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal, ou Órgão competente, é impeditivo para a participação na feira.

§ 3º Cessados os efeitos da suspensão, pela adequação às exigências legais, o feirante retornará seu direito à utilização do box, desde que atendidas as solicitações no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 4º Durante o período de suspensão, o box desocupado poderá ser cedido a outro feirante que esteja inscrito e aguardando vaga, desde que preencha todas as condições legais e regulamentares para tanto.

**Art. 8º** O produtor que optar por não mais participar da feira, deverá encaminhar ofício à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, para fins de conhecimento e homologação do pedido.

**Art. 9º** É vedada toda e qualquer forma de comercialização, aluguel e ou cedência do espaço (box), sob pena de cancelamento imediato do alvará e exclusão definitiva.



Estado do Rio Grande do Sul  
*Prefeitura Municipal de Santa Tereza*  
Gabinete da Prefeita

**Art. 10º** Em caso de morte ou aposentadoria do produtor ou de seu cônjuge, será permitida a sucessão do espaço para um filho(a), desde que também seja produtor(a) rural e se enquadre nos requisitos e exigências desta Lei, assegurando a continuidade da unidade agrícola familiar.

Parágrafo único. Se o sucessor não se enquadrar nas exigências dessa Lei, conforme prevê o caput deste artigo, o espaço deverá ser entregue em 30 (trinta) dias.

**Art. 11º** Toda e qualquer publicidade e divulgação da Feira do Produtor deverá dispor de prévia autorização da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

**Art. 12º** Todas as unidades das feiras do produtor deverão seguir padrão estabelecido pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. A Administração pública desenvolverá marca representativa e padronização das formas de comercialização dos produtos.

**Art. 13º** Todas as feiras estabelecidas deverão apresentar junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, por meio de documento oficial, três representantes escolhidos pelos feirantes.

**Art. 14º** Assim, vai criado o Conselho Municipal da Feira Livre do Produtor Rural, que será o órgão de onde surgirão as idéias relacionadas à administração da Feira Livre do Produtor Rural, constituído por 07(sete) membros, sendo:

I – 03(três) representantes dos feirantes;

II – 01(um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, indústria e Comércio;

III – 01(um) representante da EMATER;

IV – 01(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Tereza;



Estado do Rio Grande do Sul  
*Prefeitura Municipal de Santa Tereza*  
Gabinete da Prefeita

V – 01(um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

**Art. 15º** Os casos omissos desta Lei e as sugestões advindas do Conselho Municipal da Feira Livre do Produtor Rural serão reguladas por Decreto.

**Art. 16º** Das permissões para comercialização na Feira será produzido Termo de Permissão para uso de box na Feira Livre do Produtor Rural, pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

**Art. 17º** As despesas decorrentes dessa Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria.

**Art. 18º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Tereza**, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro.

**GISELE CAUMO**  
Prefeita Municipal de Santa Tereza